



Associação Brasileira de Pesquisadores
em Jornalismo

Jornalismo e Antropologia: A prática da observação-experiência etnográfica como categoria epis- temológica que enriquece a reportagem

Alex Sander Alcântara Lopes de Santana

Doutorando pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e integrante do Núcleo de Antropologia Urbana da USP

Resumo: A pesquisa aponta confluências entre o trabalho do repórter e do antropólogo, tendo como parâmetro o esforço de compreensão cultural dos fenômenos sociais fomentado pela antropologia. Ainda predominam na produção jornalística contemporânea reducionismos na forma como os jornalistas operam os significados da cultura. O estudo analisa as diferenças de relações que a antropologia estabeleceu com seus interlocutores e tenta apontar caminhos de captação de informações das fontes (sujeitos) no jornalismo, a partir de práticas de observação-experiência etnográfica para além do registro de verbos *dicendi*. O texto salienta ainda que o jornalismo é regido pelo ciclo do tempo cronológico ou cronométrico mas, na produção simbólica, a categoria temporal é múltipla, podendo ser incorporada à prática jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo; Reportagem; Observação-Experiência; Antropologia; Etnografia

SEÇÃO: COMUNICAÇÕES LIVRES

1 – INTRODUÇÃO:

Este artigo busca estabelecer paralelos entre as atividades jornalística e antropológica. Mas, diferentemente da maioria dos estudos¹ que recorrem à etnografia para emprego no campo jornalístico, esta proposta não adota o método etnográfico de uma forma instrumentalizada.

Defende-se aqui a concepção de que a reportagem pode contribuir para a construção social dos sentidos², noção que encontra amplas possibilidades de (re)significados dos arranjos sociais a partir das práticas etnográficas de observação-experiência.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo foca (1) nas diferenças de relações que a antropologia estabeleceu com suas fontes e que podem enriquecer a prática jornalística; (2) no esforço de compreensão cultural dos fenômenos sociais fomentado pelos estudos antropológicos; e (3) a partir das várias perspectivas da prática de observação-experiência, desenvolvidas pela antropologia urbana, pretende-se explorar as possibilidades de captação para além do registro da fala e do simples relato descritivo dos acontecimentos.

Chamo de observação-experiência ao conjunto de procedimentos metodológico-etnográficos desenvolvidos na Antropologia, principalmente a Urbana, ao estabelecer estratégias de observação a partir das perspectivas *De dentro e de fora*, *De perto e de dentro*³ e *De passagem* (MAGNANI, 2002). O método pode ser empregado no espaço presencial e adaptado para o ambiente virtual.

¹ Pesquisei mais de 60 trabalhos entre artigos e teses que com temática parecida. A grande maioria dos estudos emprega as técnicas etnográficas de forma instrumentalizadas. Há um equívoco em achar que excesso de descrição é etnografia. Ao longo deste texto, tento sinalizar que etnografia não se resume a uma técnica, mas a um conjunto de procedimentos metodológicos e consiste em estabelecer eixos de observação a fim de estabelecer relações de sentido.

² Chamo de construção social de sentidos ao tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo, que não é o necessariamente o científico, mas que se caracteriza como uma forma social de conhecimento cristalizado no singular (GENRO FILHO, 1988; MEDITSCH, 1992).

³ A categoria de “De perto e de Dentro” foi desenvolvida em tese de doutorado pelo professor do Departamento de Antropologia da USP, José Guilherme Magnani. Cf: MAGNANI, 2002.

Para caracterizar a reportagem, utilizo as noções esboçadas por Cremilda Medina (1973) por dialogar diretamente com o que se propõe neste texto. No conjunto, a reportagem pode revelar (1) o contexto social; que situa a problemática do assunto no tempo e espaço social, (2) a captação de vozes especializadas, com diagnósticos e prognósticos de pesquisadores, (3) a busca das raízes histórico-culturais dos fenômenos analisados, e, por fim, (4) as nuances que emergem do protagonismo anônimo. Insiro a prática da *observação-experiência etnográfica* como uma quinta categoria que poderia enriquecer a atividade jornalística.

2 – NEXOS EPISTEMOLÓGICOS

Uma reportagem pode ser engenhosa no estilo, com linguagem próxima às experiências estéticas da literatura, e igualmente deficiente do ponto de vista epistemológico no esforço de captar e compreender fenômenos, situações e contextos sociais. Um bom texto jornalístico fisga a atenção do leitor pela forma como a linguagem foi construída, mas não raro, uma reportagem pautada apenas nas experiências de linguagem pode camuflar deficiências e fraturas que pouco acrescentam ao entendimento e aprofundamento dos temas abordados. Um romance pode se valer de recursos artísticos para recriar fatos, cenas ou acontecimentos e torná-los verossímeis aos olhos do leitor, estabelecendo uma lógica interna à estrutura da narrativa. Já no trabalho jornalístico as nuances e sutilezas de cada abordagem afloram a partir do envolvimento do repórter com a cena vivida e observada. Um escritor lida com a verossimilhança⁴ enquanto um jornalista tem como parâmetro a veracidade. Neste sentido, o ponto de partida da linguagem jornalística será o referencial.

Escrever bem é uma ferramenta fundamental para se exercer a profissão, mas não só. Parto do diagnóstico de que a reportagem ainda tem muito a avançar do ponto de vista epistemológico como prática de produção de sentidos contemporâneos. Para além

⁴ O conceito/noção de verossimilhança e mimeses perpassa grande parte das discussões nas artes em geral, remonta à tradição filosófica de Platão e Aristóteles, e é tema central de filósofos modernos, críticos de arte, além de alimentar grandes debates nos estudos de Estética. Para a discussão entre artes e as representações da realidade Cf. *Mimesis*, de Erich Auerbach, publicada no Brasil pela editora Perspectiva, em 1998.

da mediação social asséptica, a atividade jornalística não ultrapassou as fronteiras dos conhecimentos – principalmente científicos – e o jornalista atua, de forma predominante, como mero divulgador de saberes científicos ou como aglutinador de discursos especializados.

Dentre as disciplinas que compõem as ciências humanas, os métodos e os conhecimentos desenvolvidos no campo antropológico são os que mais se aproximam da prática jornalística. A antropologia lida com sistemas de análises dinâmicos e, em muitos casos, imprevisíveis. A ideia mais importante que se revela em ambas as atividades diz respeito ao *referencial*: aquilo que acontece em algum lugar, não importa em qual espaço (geográfico ou virtual) constitui a matéria-prima dessas duas áreas – que ganham força durante o nascimento das ciências sociais no século 19.

São os contextos sociais, em sentido amplo, materializados nos acontecimentos, que compõem a essência da atividade jornalística. Tanto o jornalismo quanto a antropologia partem do empirismo para construir formas particulares de produção de conhecimento.

Há diferenças cruciais entre elas. O jornalismo tende a personificar e individualizar ao reportar os fatos. O insólito tem mais peso para virar notícia. Já a antropologia tem um olhar voltado para os arranjos sociais, para o coletivo e busca uma certa regularidade ao observar os fenômenos. Prioriza-se neste enfoque, contudo, as confluências entre ambas as práticas.

A ideia de que o jornalismo se define apenas por uma técnica é noção simplista que cria a ilusão de que basta ter desenvoltura com a escrita para se tornar um bom jornalista. Formar profissionais nesse paradigma é repetir a fórmula que vigorou até meados do século 20, no Brasil, época em que as redações estavam repletas de escritores-jornalistas e não de jornalistas-escritores. Não à toa, a crônica é um gênero cuja origem remonta aos espaços dos jornais.

Nesses tempos em que o mundo conclama respeito à diversidade, a antropologia – esta ciência da alteridade – é uma área de conhecimento que recebe pouca atenção na formação profissional jornalística. Por exemplo: no debate midiático sobre a crise sanitária, durante a pandemia de Covid-19, somente epidemiologistas são requisitados para

falar; havendo uma ausência notável de sociólogos, antropólogos e de cientistas sociais para avaliar os impactos da Covid-19.

Quando as empresas de comunicação enfrentam crises (e elas são cíclicas), vem à tona a discussão sobre financiamento e sobrevivência de veículos, e a solução pensada para elas segue a mesma receita das companhias tradicionais, a saber: cortar custos. Jornalismo é, contudo, uma necessidade social e a atividade possui outras demandas para além da equalização de receitas.

A ênfase nos cursos de jornalismo está na instrumentalização de técnicas de produção de notícias e reportagens. A técnica sozinha não resolve essa demanda, como bem sinalizou o jornalista e professor da Escola de Comunicações da USP, Eugênio Bucci: ao lado da técnica, “*o pensamento precisa elaborar o critério de cobertura. É nessa medida que a crise das redações, hoje, mais do que crise econômica ou tecnológica é uma crise de pensamento. Para cobrir bem é preciso pensar bem --- com independência*” (Imprensa, objetividade e militância, Estadão, A2, 14/10/2019).

3 – A INTERPRETAÇÃO CULTURAL

Os jornalistas podem se beneficiar dos métodos e abordagens antropológicos em vários tipos de coberturas, mas principalmente na produção de reportagens. Um dos primeiros aspectos a se considerar nessa aproximação de áreas de conhecimento é que o jornalismo pode se valer da interpretação cultural, que é o princípio central e unificador de todo trabalho etnográfico. Esta abordagem mais ampla e cultural fomentada pela antropologia estimularia a apreciação de novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a abordagem fragmentária e parcial do jornalismo. Encontro essa concepção tratada pela antropóloga Elizabeth Bird (1987).

Entre as inúmeras noções e definições dos conceitos de cultura desenvolvidos principalmente pela antropologia, recorro à noção definida pelo antropólogo Néstor García Canclini, segundo a qual o termo diz respeito “a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido” (CANCLINI, 1983, p. 29). Um dos diagnósticos sobre o jornalismo é que, na perspectiva de abordagem técnica, reducionista e quantificável, a atividade jornalística se limita, em grande parte

na maioria das abordagens a “administrar os sentidos” dos acontecimentos ou dos fatos reportados. São escassos os exemplos no quais as abordagens “renovam” os significados já cristalizados nas rotinas jornalísticas.

Para o Marshall Sahlins, as culturas são ordens de significado de pessoas e coisas. No diálogo que trava com as teorias marxistas, Sahlins critica o materialismo histórico, salienta que os costumes não são simplesmente utilizações fetichizadas e defende a interpretação simbólica da cultura para além do utilitarismo. Ao recorrer às análises de Marx sobre a lógica de produção – governada pela forma mercadoria e pelo valor de troca – o antropólogo americano argumenta que a produção continua como valor de uso. É algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. A produção segue uma lógica de intenção cultural.

(...) é crucial que se note que o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca. O valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Porque a “utilidade” não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas. (SAHLINS, 2003, p. 169)

Sahlins avança para uma explicação cultural da produção como a realização de um esquema simbólico. Sem o consumo, o objeto não se completa como um produto. Uma casa desocupada não é uma casa, ao enfatizar que o valor de uso não pode ser compreendido especificamente no nível natural de necessidades e desejos. Para embasar sua tese de razão cultural, Sahlins analisa, entre outros aspectos, os hábitos alimentares da sociedade americana e estabelece algumas conexões significativas nas distinções categóricas de comestibilidade entre cavalos, cachorros, porcos e bois. O tabu sobre o consumo de carnes de cachorros e cavalos se apresenta na sociedade americana (também em outras) como inimagináveis, mas a produção desses animais para o abate seria possível e o valor nutricional da carne de cachorro ou de cavalo não deveria ser desprezado do ponto de vista nutricional.

A razão para essa repulsa é que cachorros e cavalos participam da sociedade americana na condição de sujeitos, tratados como membros da família, com nomes próprios e com quem conversamos. Como coabitantes domésticos, os cachorros são mais próximos do homem que os cavalos, assinala Sahlins, e consumi-los seria inimaginável.

Um dos aspectos fundamentais na atuação do jornalista se refere ao duplo papel do repórter como mediador social: ao mesmo tempo que é um leitor cultural do mundo, um espectador privilegiado, é um produtor de bens simbólicos (MEDINA, 1996). Os jornalistas não enxergam na ideia de cultura a acepção de produção simbólica e identificam o termo como produção artística e científica, ambas enquadradas como intelectuais e geralmente provenientes dos segmentos sociais de prestígio ou “no máximo tipificam as manifestações artísticas em cultura de elite, cultura de massa e cultura popular. Falta, no entanto, na mentalidade dos jornalistas, noções mais abrangentes do processo de produção de significados” (MEDINA, 1990, p.193).

O jornalismo opera ainda com as clássicas tipologias estabelecidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, particularmente Adorno e Horkheimer⁵, entre cultura de massa e cultura clássica. Os assuntos artísticos, filosóficos ficam em editorias específicas, qualificadas de cadernos de cultura, como se os textos que são publicados nos cadernos esportivos, por exemplo, não representassem o mesmo fenômeno de produção de sentidos amplamente estudados pela antropologia.

4 - A RELAÇÃO COM AS FONTES

De volta a Bird (1987), o aspecto mais importante destacado pela antropóloga, prioriza a relação que o jornalista estabelece com as fontes, tratadas em grande parte das abordagens, como objetos quantificáveis – não como sujeitos. Para o jornalista, a "fonte" é separada da personalidade do indivíduo e vista, muitas vezes, como um "representante", isto é, uma unidade que fala por outras unidades semelhantes, e não como um indivíduo.

Frequentemente, os jornalistas veem o ato de entrevistar como um processo que tem pouca relação com outras entrevistas com tema em comum e com observações relacionadas ao mesmo assunto. Propõe Bird que esses contatos podem seguir estratégias múltiplas, podendo ser incorporados em períodos variáveis de observação e de familiarização com a cena social. Além disso, as perguntas a serem feitas em entrevistas devem

⁵ HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pág. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

emergir tanto das impressões colhidas a partir daquela entrevista quanto de hipóteses científicas, a partir de fontes especializadas que estudaram determinado assunto.

As entrevistas, em um momento posterior, podem ser investigadas mais profundamente, devendo estar no contexto de cooperação mútua, em vez de seguirem informações unidirecionais. Com isso, a entrevista seria enriquecida por observações complementares que são componentes necessários ao trabalho antropológico. Esse processo de relações estabelecido pelo antropólogo com seus interlocutores contribuiria, concordamos com Bird, para a elaboração de uma *rede de significados*.

Apesar de as fontes jornalísticas – me refiro neste caso apenas aos sujeitos sobre os quais os jornalistas se valem para captar informações, – constituírem uma dimensão central para a compreensão do jornalismo, as pesquisas sobre o tema ainda estão excessivamente vinculadas a uma concepção utilitária e instrumental. Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, analisar a relação das fontes num quadro mais vasto e complexo, no qual expusesse as dinâmicas internas ao campo, convergências e as conflitualidades, decorrentes da interação social, é fundamental. (PINTO, 2000). Para alguns pesquisadores do tema, sem fontes, não há atividade jornalística por completo e seria possível conhecer apenas os relatos dos fatos.

Um dos problemas apontados nessa relação reside, sobretudo, no fato de que as fontes a quem os jornalistas recorrem, na maioria dos casos e dos assuntos abordados, são entidades interessadas que desenvolvem estratégias com táticas bem determinadas. A profissionalização das fontes ganha força no Brasil a partir do desenvolvimento das assessorias de imprensa e das agências de comunicação que profissionalizaram a prática, provocando um fenômeno que Chaparro denomina de “revolução das fontes”. A transformação tornou-se mais contundente com o fortalecimento dos departamentos de comunicação das empresas, pós Ditadura Militar, no final da década de 1980. O sintoma mais crítico é que o jornalismo deslocou o foco das redações para as fontes que, além de produzirem fatos, têm o poder e a capacidade de desenvolver conteúdos com atributos de notícia, influenciando os sistemas e processos jornalísticos. (CHAPARRO, 1998).

O fenômeno é analisado também por Medina (1986) ao defender que a seleção de fontes deve se pautar na preexistência de uma “pesquisa de campo”. É preciso um esforço de pesquisa ou corre-se o risco de entrar na lógica do “lobby dos grupos”. A pre-

determinação de quem se deve ouvir na reportagem, salienta a autora, é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder:

Torna-se sumária a seleção de fontes de informação, já que estão à disposição do editor. Outras possíveis fontes são descartadas ou porque não servem ou porque a “casa” não aceita determinados nomes (malditos) ou por desconhecimento total, ou porque uma sugestão inovadora por parte do repórter pega de surpresa o produtor cultural que está à frente do processo de decisão” (MEDINA, 1986, p. 35).

Daí a noção desenvolvida pela pesquisadora e aplicada às práticas jornalísticas de protagonismo anônimo, um contraponto ao predomínio das fontes oficiais. A forma como o repórter coleta informações jornalísticas, a partir das entrevistas, da escuta do outro, é um dos sintomas mais visíveis dessas deficiências. No processo de edição, as marcas linguísticas desse encontro com as fontes, simbolizadas pelas aspas declaratórias ou por travessões com pergunta e resposta, seguidas pelos cacoetes “fulano disse”, “beltrano respondeu”, “acrescentou ele” sinalizam os poucos recursos usados na captação do real. As fontes utilizadas na atividade jornalística, em setores específicos, são costumeiramente as mesmas, quase sempre oficiais ou mesmo ligadas a pequenos grupos de poder, a exemplo de líderes comunitários, sindicatos, etc.

A relação com as fontes jornalísticas envolve estratégias de aproximação e afastamento, algo pouco salientado nos cursos de jornalismo. Ir ao encontro do outro envolve planejamento pré-campo, que no caso do jornalismo seria a pauta. Esse planejamento nunca é um modelo fixo a depender das circunstâncias.

5 – OBSERVAÇÃO NÃO É EXCESSO DE DETALHES

Ao descrever o método etnográfico, uma espécie de “manual” que sistematiza reflexões sobre a prática, Malinowski (1884-1942) ressalta a importância de se registrar, entre outros aspectos esboçados, o que chama de imponderáveis da vida real. Existe uma série de fenômenos de grande importância que não pode ser registrada mediante indagações ou documentos, mas deve ser observada em sua plena realidade:

entre eles incluem coisas como a rotina de trabalho de um homem, os detalhes de seu cuidado com o corpo, a maneira de consumir o alimento e prepará-lo (...) vigência de fortes amizades, hostilidades, simpatias e antipatias passageiras entre as pessoas; a maneira sutil,

mas inconfundível, como vaidades e ambições pessoais refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam (MALINOWSKI, 2016: 109)

As ferramentas dos antropólogos são os diários de anotações, relatos ao final do dia, relatórios (mais analíticos) compostos por fotos, áudios, desenhos, mapas; sobretudo, a observação como exercício constante da prática etnográfica: saber mais ouvir e olhar que interrogar, segundo um *script* preestabelecido. O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, define Magnani: “*ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento*” (MAGNANI, 2002, p, 17). Ainda de acordo com o autor:

A natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido” (MAGNANI, 2002, p, 17).

Clifford Geertz também enfatiza a discussão sobre etnografia como uma prática que consiste em estabelecer relações a fim de produzir uma “descrição densa”. Adverte, contudo, que não são as técnicas e os processos determinados que definem o empreendimento etnográfico: “*o que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa, tomando emprestado uma noção de Gilbert Ryle*” (GEERTZ, 2008, p. 4)

Essa ‘descrição densa’ também é possível na atividade jornalística. Mas estabelecer alguns paralelos entre o trabalho do jornalista e do antropólogo se esbarraria no problema das condições de trabalho jornalístico, nos objetivos que separam cada profissão e, principalmente, na discussão crucial do tempo para execução. As semelhanças do trabalho do jornalista com a do sociólogo ou antropólogo são “uma comparação enganosa”, numa perspectiva crítica à minha proposta. Porque, enquanto o antropólogo ou mesmo sociólogo é um pensador com condições para propor os problemas epistemoló-

gicos de seu próprio trabalho: “*o jornalista seria um homem de ação que deve produzir um discurso com as limitações do sistema produtivo no qual está inserido. Pois é claro que não se pode sugerir o ‘diálogo possível’ para uma atividade necessariamente marcada por um ritmo veloz, distinto do tempo lento da pesquisa*”. (MORETZSOHN, 2007, p. 153).

Nessa perspectiva crítica, as reportagens que investem nesse relato feito por dentro, a partir da experiência vivida, costumam ter grande sucesso, “*mas constituem uma espécie de variação empobrecida da técnica da observação participante comum a estudos etnográficos*” (MORETZSOHN, 2007, p. 162). A aposta na vivência, segundo Moretzsohn, revelaria a simplificação corrente no trabalho jornalístico. O alto grau de comunicabilidade desses relatos frequentemente “*esgota-se na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são*” MORETZSOHN, 2007, p. 162).

O argumento do “tempo” como limitador de condição para se produzir um trabalho jornalístico mais consistente e denso, focando-se apenas nas condições de trabalho, apresenta fragilidades e reducionismos. Primeiro porque quando se propõe a observação-experiência não se está colocando em primeiro plano apenas o tempo cronológico ou cromométrico para produção e edição do material jornalístico. Há uma pluralidade de ‘tempos’ envolvidos em qualquer processo da ação humana ou da natureza. Num trabalho de produção simbólica, como o de um escritor, jornalista ou antropólogo, essa categoria é múltipla: há o tempo histórico, o individual, o psicológico, o intersubjetivo, o da memória, o físico, entre tantos outros.

O exemplo abaixo é bastante significativo para representar as possibilidades e riquezas na captação da informação a partir da observação-experiência, sobretudo, para situar a discussão sobre os tempos no jornalismo. A jornalista Mônica Bergamo, colunista da Folha de S. Paulo, foi ao lançamento do livro *Nada Menos Que Tudo*, do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot em São Paulo. Janot não falaria com a imprensa devido ao rebuliço provocado pela revelação no livro de que fora armado a uma das sessões do Supremo Tribunal Federal para matar o ministro Gilmar Mendes. O que justificaria a presença de jornalistas num evento no qual o protagonista não faria declarações? O que escrever quando falta a segurança dos dados e das declarações? A

condição imposta e a habilidade da jornalista transformaram aquilo que seria apenas uma nota, em sua coluna social, num texto curto, mas carregado de tensão, riqueza de detalhes simbólicos para compor a cena social. A jornalista faz o registro num espaço de Tempo que chamo aqui de *epifânico*. A publicação na íntegra se faz necessário porque, além de curto, envolve as perspectivas de observação que compõem a pesquisa:

O triste dia de Rodrigo Janot

(Folha, C2, Mônica Bergamo, 09/10/2019)

Calado em frente a uma multidão de jornalistas, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot dá leves batucadas na mesa, coça a cabeça e olha para o relógio.

São 20h de segunda-feira (7), e a fila em busca de autógrafos na noite de lançamento de seu livro “Nada Menos Que Tudo” —que deveria terminar às 21h30— mal chegou a se formar. E não existia mais.

Além de repórteres e funcionários da editora Planeta, alguns garçons circulam pelo salão —a cozinha fica no mesmo andar. Eles passam reto, em direção a um outro lançamento, que lotou o piso de cima.

“E aí? Tudo certo?”, ele indaga a uma assessora da editora que se aproxima. “Tudo certo!”, responde ela. Há 15 minutos, Janot não autografava livro algum.

Os dois olham para a frente e veem um senhor e uma senhora se aproximando. O casal, que se aposentou após 33 anos de trabalho no Tribunal de Justiça de SP, pede uma dedicatória, para a filha.

O advogado de Janot, Bruno Salles, que passou a defendê-lo depois que o ex-procurador revelou que planejou a morte do ministro Gilmar Mendes, do STF, prefere não entrar na livraria. “Vim para prestigiar. Já tenho o e-book. Mas sou que nem a Cármen Lúcia [ministra do STF]: gosto de processo, não de festa”.

“Enfim, sós”, diz Janot aos assessores e quatro seguranças que o cercavam, diante do salão de novo vazio. “Pois é”, responde uma delas.

Nova bisbilhotada no relógio. Às 20h15, Janot lembra da época em que estudou direito na UFMG: “Me formei em 1979 lá”. “Na UFMG, certo?”, indaga uma delas. “Isso, na UFMG”, responde.

A conversa dá voltas até chegar ao futebol: “Gostava mesmo era da seleção de 82. Foi a vez em que eu mais chorei quando perdeu”, diz uma assessora. Janot concorda: “É...”, pensa. “Tenho que voltar a assistir a mais [jogos]. Está faltando tempo”.

“Gente, acho que vamos encerrar”, interrompe um funcionário da livraria. Janot olha para o relógio pela terceira vez: são 20h30. Levanta-se, calado.

Dezenas de jornalistas o cercam —mas o paredão humano dos seguranças se impõe. Um carro preto vai embora levando Janot após 43 exemplares, dos 550 disponibilizados, serem vendidos. Antes de sair, autografou 15 livros que deixou na Livraria da Vila para quem chegasse após sua saída. Quatro foram vendidos até a noite de terça (8). Onze estão nas prateleiras, à espera de um comprador.

É interessante o fato de a jornalista ter deixado no último parágrafo os dados que compõem as coberturas tradicionais. A quantidade de livros vendida compõe a cena de um ‘dia infeliz’; ao relevar esse aspecto, que é trivial nos textos jornalísticos, consegue

ser surpreendente ao ressignificar o contexto. As abordagens dos demais veículos, em particular a do Estadão, focaram na quantidade de livros vendidos, no lançamento esvaizado em São Paulo em oposição ao mesmo evento em Brasília, onde houve mais público, mais livros vendidos e algumas declarações do público. O texto de Mônica Bergamo instiga o leitor a refletir sobre as cenas observadas, sobre os silêncios constrangedores e sobre as conversas vazias, cujos desdobramentos são repletos de significados.

A perspectiva de adotada pela observação jornalística que se enquadra ao texto de Mônica Bergamo é a de *De Passagem*, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador. Ela consiste:

em percorrer a cidade e seus meandros, observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz. O relato final, geralmente na forma de ensaio, termina por expressar essa experiência por meio do uso de metáforas que serão tanto mais sugestivas quanto maior a criatividade do analista e o leque de relações que estabelecer: “hibridização”, “porosidades”, “territorialidades flexíveis”, “não-lugares”, “configurações espaço-temporais”, “paisagens disjuntivas” e outra. (MAGNANI, 2002, p. 18)

A antropologia clássica amadureceu estratégias de *aproximação e afastamento* com os interlocutores como nenhuma outra área talvez tenha desenvolvido. Lévi-Strauss pontua que a possibilidade de distanciamento “constitui a essência e a originalidade da abordagem etnológica” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 11). Para o antropólogo, o *afastamento* é condição necessária de sobrevivência da antropologia. É evidente que um nativo pode falar de suas tradições de modo que nenhum outro possa; por outro lado, um não nativo pode ver coisas que ali não estavam evidentes. Nesse caso, a perspectiva é a de um olhar *De perto e De longe*.

Na antropologia urbana, considerado um ramo tardio dos estudos antropológicos, uma nova forma de observar as sociedades (agora de larga escala) se desenvolve

o que se propõe é um olhar *de perto e de dentro*, mas a partir dos *arranjos* dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se a veem para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2002, p. 18)

A perspectiva *De perto e de dentro* foi aplicada para pesquisar a cultura popular e as formas de lazer na periferia de São Paulo (MAGNANI, 1998) e este tipo de observação deu origem à primeira de uma série de categorias de análise – *pedaço, trajeto, mancha, pórtico, circuito* – surgidas no contexto dessa experiência. Cada uma dessas seis categorias fornecem chaves para a compreensão da cultura popular e suas diferentes manifestações em bairros da capital paulista.

A ideia da pesquisa é aplicar ou criar outras categorias e aplicá-las à reportagem com temas de abrangência social. A primeira temática em curso deste estudo é o cotidiano do metrô⁶ em São Paulo, durante seis meses.

Ao descrever cenários, pessoas, ritualísticas sociais, o repórter expõe, nas relações simbólicas, o universo das ideias, opera com o imaginário coletivo e lida com comportamentos culturais, a partir dos dados de realidade. O trabalho do jornalista não consiste apenas em anotar, gravar, fotografar e coletar informações, mas em decidir quais são os fatos significativos para articulá-los. De que forma é possível atingir um grau satisfatório de compreensão dos fenômenos sociais no jornalismo? É possível que existam alguns caminhos. O conhecimento antropológico pode ser um deles.

⁶ Essa parte foi iniciada o em 2020, mas devido à pandemia de Covid-19 foi interrompida e reiniciada em julho de 2021. A análise dos resultados será publicada no final deste ano.

Referências

- BIRD, S. Elizabeth. **The Journalist as ethnographer?:** how anthropology can enrich journalistic practice. University of Florida, EUA, Journalism Educator, 1987, p. 301 – 308.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'áquem e d'além mar:** percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro. [S.l: s.n.], 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.** Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37
- FIGARO, Roseli (Org); NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas.** São Paulo, Atlas, 2013.
- INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis (RJ), Vozes, 2019.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Editora Tchê, 1988.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, LTC, 2019.
- GOMES, WILSON. **Jornalismo, Fatos e Interesses:** Ensaios de teoria do Jornalismo. Florianópolis (SC), Editora Insular.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística.** São Paulo, Record, 2001.
- LÉVI - STRAUSS, Claude. **O Olha distanciado.** Lisboa (Portugal), Edições 70, 1983.
- MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Hucitec, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme C. **De Perto e de Dentro:** notas para uma etnografia urbana. Rev. bras. Ciências Sociais. vol.17 no.49 São Paulo June 2002.
- MAGNANI, José Guilherme C. **Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MAGNANI, José Guilherme C. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana.** São Paulo, Ed. Terceiro Nome, Coleção Antropologia Hoje, 2012.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico Ocidental. In: CASTRO, Celso (org.) **Textos Básicos de Antropologia.** Rio de Janeiro, Zahar, 2016.
- MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo. São Paulo: Média, 1973.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível.** São Paulo, Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem.** Canoas (RS), Ed. Da Ulbra, 1996.
- MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira.** Petrópolis (RJ), Vozes, 1973.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do Jornalismo.** Florianópolis, Editoria da UFSC, 1992.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos.** Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.
- PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento.** In: STEINBERG, Charles (Org.) Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Cultrix, 1976. p.168- 85.

- PARK, Robert. **News a form of knowledge**. A Chapter of knowledge. In: On control and collective behavior. Selected Papers. TURNER, Ralph H. (Ed.), Chicago: Phoenix Books and University of Chicago Press, 2ª ed, 1969.
- PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas**: contributos para o mapeamento do campo. In: Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste. Série Comunicação, Vol 14, 2000.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- SCHUDSON, Michael. **The Power of News**. New York, Harvard University Press, 2000.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria comunicação linear e em rede. São Paulo, Vozes, 2002.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis (SC), Editora Insular, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** (Vol. 1): Por que as notícias são como são. 2ª Ed. Editora Insular, Florianópolis, 2005.
- VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na Cidade**: Ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.